

As relações de poder na narrativa fantástica: conceitos e análises

(Power relations in fantastic narrative: concepts and analyses)

Samuel Ponsoni

PPGL – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) / Bolsista Fapesp (processo 2009/04675-7)

platelminto39@hotmail.com

Abstract: From the route made by the characters in “O Homem do furo na mão”, by Ignácio de Loyola Brandão, this article investigates the possibilities of correspondences between the speech and the discursive practice within a sociohistorical context. In order to understand in which topics and how the related period registers itself in the literary discursivity of the short story, we’ll mobilize all the theoretical instruments of French Discursive Analysis, famous because of the contributions from Michel Foucault with his studies on power relations and/or micro-powers and subject constitution, which are linked to history, to enunciated files, to discursive formations, to the history of prisons, to medical practice and to the comprehension of knowledge. The hypotheses of this study evaluate “how” these micro-powers act and manifest themselves within the society represented in the narrative..

Keywords: literature; subject; power; speech

Resumo: Do trajeto exercido pelos sujeitos-personagens de o “Homem do furo na mão”, de Ignácio de Loyola Brandão, o presente artigo investiga as possibilidades de correspondência entre discursos e práticas discursivas presentes no contexto sociohistórico. Para compreender em quais pontos e como o período em questão marca-se na discursividade literária do conto, mobilizaremos o aparato teórico da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), marcadamente com as contribuições de Michel Foucault, em seus estudos das relações de poder e/ou micropoder e da constituição dos sujeitos atrelados às malhas da espessura história, aos arquivos enunciativos, às formações discursivas, à história das prisões, às práticas médicas e à compreensão dos saberes. As hipóteses deste estudo avaliam o “como” se exerce e se manifesta esses poderes pulverizados – micropoderes – dentro da sociedade representada no fio da trama narrativa.

Palavras-chave: literatura; sujeito; poder; discurso

Introdução

Existem diversas leituras analíticas sobre literatura, discurso e poder. A nossa, no entanto, visa a uma apreensão matizadamente discursiva do objeto literário, lançando, dessa forma, um olhar interpretativo, um gesto de compreensão, sem esgotar, contudo, outras e amplas possibilidades de sentido, que, por outros, (e melhores “leitores/interlocutores”) poderão ser feitas.

Na esteira dessa ressalva, o presente artigo traz como objetivos estruturar e analisar as estratégias, as relações e a resistência que estão relacionadas à condução do poder recriado na trama do conto “O homem do furo na mão”, contido no livro *Cadeiras proibidas*, de Ignácio de Loyola Brandão.

Entretanto, represar as diversas possibilidades de interpretação e de estudo do texto literário não é uma tarefa em nada fácil, pois, desde os tempos antigos, o homem interessa-se pela expressão artística. Recriar suas identidades, construir representações simbólicas e manifestar interpretações com base no estético há tempos está no cerne dos apontamentos dos vários grupos sociais, aos quais nos opomos ou reivindicamos por meio de filiação histórica. Em meio a tais processos criativos, o discurso da literatura

ocupa lugar de destaque em relação a essas preocupações, bem como em outras preocupações, seja de recepção, seja de interação autor/obra/leitor ou de situação de circulação. Falar de literatura desse mirante é quase como falar de toda história humana.

Sem essa pretensão, lançamos a toda sorte nossa análise interpretativa.

1. Breves notas teóricas

Segundo Orlandi (2000), desde os anos 1960, o espaço de constituição teórica da AD filia-se a três domínios teóricos e metodológicos: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Na Linguística, a AD busca a confirmação pela linguagem da não transparência nas relações dos sujeitos com o mundo. Pelo Marxismo, a AD baseia-se no materialismo histórico. O homem pertence a uma história real que não lhe é posta em transparência nem ele a domina. Assim, conjugam-se história e língua, mas de maneira prática, ou de forma material, tendo como ponto de apoio a produção de sentido dentro dessa visada teórica linguístico-histórica. Por outro lado, a Psicanálise aparece para a AD em relação à percepção teórica do acontecimento do significante (língua) e de um sujeito histórico movido pelo inconsciente. Há, portanto, um deslocamento de homem para sujeito, constituído no relacionamento entre o histórico e o simbólico.

No entanto, para delimitar os conceitos dos objetivos específicos deste artigo, elucidaremos, a seguir, de maneira sucinta, pressupostos teóricos mais específicos, relacionados aos fins da análise.

Refletir como e de quais maneiras as diversas formas de relações de poder são estabelecidas entre língua e história é questão recorrente dentro do escopo de estudo das ciências da linguagem e do discurso. Para resumir, mas não sem perdas, diríamos que essa questão reflete-se, dentro da AD francesa, primeiramente com Michel Pêcheux (ORLANDI, 2000, p. 19-22), a partir de estudos e releituras sobre a teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado (doravante AIE), desenvolvida até então por Louis Althusser. Pela visada teórica de Althusser, o Estado dominante do poder se utiliza de diversos aparatos para atingir seus objetivos almejados. Entre outras coisas, os poderes que esse Estado impõe e exerce sobre as sociedades se perpetuam por meio de algo denominado Aparelhos Ideológicos, em que algumas instituições sociais os representam – seja como manifestações repreensivas, tais como: tribunais, exército, polícia, a própria administração pública etc.; seja, em outros casos, com instituições específicas, como, por exemplo: escolas, religiões, família, partidos políticos. Essas manifestações do poder ajudam a manter a ordem social desejada.

Embora exista certa distinção entre as maneiras como são conduzidos e propagados esses controles, os AIEs acabam sempre por convergir para um interesse dominante. Esse pluralismo de AIEs não impede a ideologia dominante; pelo contrário, isso a ratifica e acaba por legitimá-la mais e mais. Ela vai se inscrever num dos paradigmas sociais, qual seja, de dominação e exploração. Com o próprio Althusser: “Nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado” (1998, p. 49).

Ao se inserir em uma das frentes do projeto de transformação althusseriano, Pêcheux considerou as formações discursivas, ideológicas e históricas dos sujeitos e, principalmente, como a língua, em seus diversos tipos de enunciados, os interpela e os transforma em sujeitos históricos por meio de ideologias ditas ou não ditas, mas

presentes nos interdiscursos (recuperados na memória histórica) que formam o paradigma de discursos vigentes.¹ Além disso, Pêcheux investigou a noção de poder nas relações sociais, explicada pela luta de classes. Com isso, em suas análises, foram formuladas teorias sob como e de quais maneiras o poder ideologicamente dominante é exercido ou já se exerceu nos indivíduos de uma sociedade. Um poder quase que imanente e explicado em toda a amplitude dessa palavra.

Entretanto, conforme exposto anteriormente, o objetivo deste artigo é esboçar uma análise sobre a questão do poder recriado num suporte semiótico literário, a partir das concepções de relação e estratégia de poder vistos na teoria foucaultiana sobre sujeitos e poder. Para Foucault (1995), o “como” das relações não se faz apenas no “quê” ou no “porquê”; o importante é visar, quando usamos esse tema abrangente de poder, a uma indagação de como essas relações acontecem. Quais são os fatos e acontecimentos que culminam na existência de uma ou de outra manifestação de poder dominante? Como a espessura histórica determina quando, como e o que pode e deve ser dito, isto é, o que constitui uma ordem dos discursos, o verdadeiro de uma época, digno de se legitimar nas práticas sociais? Esse teórico nos mostra que o poder e as suas relações se dão de forma fragmentada e esparsa no cotidiano; ele pode ser visto e sentido em todos os lugares, algo transversal. Para Foucault, a temática do poder e as suas relações apenas são passíveis de reflexão quando submetidas a essas perspectivas elencadas por essas formas de estudo.

Além disso, em suas pesquisas Foucault foi além, pois, ao observar tais estratégias e relações de poder, ele identificou também como, a partir dessas prerrogativas, os sujeitos tornam-se sujeitos. Pelo estudo do poder, Foucault formulou um dos temas centrais de suas teorias: o sujeito.

2. Um pouco do histórico-político ocorrido no Brasil

No Brasil, o ano de 1964 marcou o início da ascensão militar ao poder governamental. Após um conturbado momento de transição, houve a chamada Revolução ou Golpe de 64, iniciada, primeiramente, com a deposição do até então presidente João Goulart e, posteriormente, com exílios, assassinatos e tortura dos dissidentes do regime golpista. Esses acontecimentos trouxeram diversas dissoluções de dispositivos legais e de direitos constitucionais por meio de atos institucionais, que, no decorrer dos anos, consolidar-se-iam como dispositivos de manutenção da ordem vigente.

A partir disso, os grupos sociais ou os indivíduos que não comungavam com os ideais pertinentes ao senso crítico comum e que se distanciavam do pensamento ideológico dominante tiveram silenciadas suas formas tradicionais de expressão e também quaisquer outras manifestações socioculturais destoantes da chamada conduta correta. Não era mais possível expressar-se abertamente nem da maneira com a qual se quisesse ou habitualmente se constituísse na prática dos debates políticos e sociais.

Embora esse não tenha sido o primeiro nem o único período da história brasileira em que houve repressão aos discursos que questionavam as práticas

¹ Tão enxuta quanto essa nota de rodapé é a lembrança de o que é interdiscurso para os estudos discursivos, sobretudo da escola francesa. Uma das principais formulações vem de Michel Pêcheux: as formações discursivas atuam visando à sujeição ideológica dos sujeitos, tomando o que foi dito antes, em outro lugar para interpelá-los. Dizendo de outra forma, cada formação discursiva constrói seus objetos e sua relação na medida em que está ligada ao interdiscurso que lhe autoriza.

ditatoriais, o contexto específico que queremos retratar foi mais repressivo (mais prisões, mais assassinatos, mais exílios etc.). As vertentes sociais de cunho ideológico comunista, ou próximo disso, ou quaisquer outros posicionamentos entendidos como subversivos ao regime autoritário, foram alvo dos ataques repressivos e também severamente reprimidas, culminando, na maioria das vezes, em assassinatos dos dissidentes.² Esse comportamento dos militares – caça aos subversivos – também serviu de alibi para a manutenção dos discursos utilizados como prerrogativa e como *slogan* doutrinário na realização, na manutenção e na execução do golpe. Dizia-se: “combatentes dos subversivos e que iriam conter o avanço comunista”. Com isso, a necessidade de se encontrar outras formas de expressão e de não sofrer censuras prévias ou mesmo as censuras de interdição (confiscos, prisões etc.) aumentou, principalmente, a partir de dezembro de 1968, com o decreto do ato institucional número 5 (AI-5).³ Depois deste ato, o congresso foi ditatorialmente colocado em recesso e houve a consolidação da chamada “linha dura” militar no poder, que marcaria, por sua vez, os 1970 ou “Anos de Chumbo”. Dessa maneira os militares apertaram ainda mais o cerco aos chamados subversivos da ordem.

Muito em razão desses eventos, foram comuns no período manifestações artísticas construídas sob humor mais refinado, irônico, bastante contextual. Com exemplos musicais, temos as canções interpretadas e desenvolvidas pelo cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda e seu famoso samba-duplex. Sobre isso, Eni Orlandi nos traz uma ideia melhor: “O samba-duplex toma a cargo os desdobramentos e as bifurcações de sentidos (...) Simulando, pois, o senso comum, o consenso, o estereótipo, ele se instala para dizer, no entanto, o que é proibido. Nem mais, nem menos” (ORLANDI, 2007, p. 100).

3. A abordagem literária

Quanto aos aspectos teóricos e literários, não é intuito do artigo fazer uma discussão prolongada, profunda, profícua sobre esse conteúdo. Para isso, haveria necessidade de investir em elementos que discutissem, pormenorizadamente, gêneros e história literários, bem como trazer mais textos, num caráter comparativo de obras, para compreender a discursividade literária (MAINGUENEAU, 2006, p. 9). Algo para um próximo estudo, talvez. No entanto, não poderíamos passar sem mencionar, pelo menos, algumas notas acerca da questão do gênero em que se apoia o conto em análise.

Há algumas teorias que fundamentam os gêneros literários, como as teorias literárias baseadas na retórica, na filologia, no estruturalismo etc.; entretanto, visando a uma interpretação discursiva, ressaltaríamos os pressupostos bakhtinianos. Esse teórico debruçou-se em longos estudos para a problemática dos gêneros discursivos.

Porém, antes de falarmos alguns aspectos da teoria de Bakhtin, apresentaremos um pressuposto teórico que, dentro de um quadro interpretativo das teorias literárias, abordaria, em alguma medida, explicações para o gênero em que se ancora *Cadeiras proibidas* como um todo.

² Essa referência a um outro período repressivo pauta-se no Estado Novo (1937-1945), acontecimento que se deu durante o governo do Presidente Getúlio Vargas.

³ O ano de 1968 foi um marco nas reivindicações políticas. Simultaneamente, houve vários protestos em todo o mundo. Essas manifestações foram lideradas, principalmente, pela classe estudantil organizada, não sendo também diferente a tônica desses movimentos durante os anos de 1970. (cf. *1968 – o ano que não terminou*. São Paulo: Planeta Brasil, 1988.)

Inserido no contexto político mencionado, irrompe o livro de contos *Cadeiras proibidas*, publicado pela primeira vez em 1976, cuja autoria é de Ignácio de Loyola Brandão.

Esse livro se constitui, na verdade, de um compêndio de 24 contos (na primeira edição) escritos entre os anos de 1970 e 1976 em jornais e em periódicos, como, por exemplo, *Última Hora* e *Pasquim*. Uma possível abordagem literária inseriria o livro no gênero literário chamado de realismo mágico ou maravilhoso, o qual seria uma tipologia de narrativas derivadas do realismo fantástico moderno. Para isso, utilizaremos um pouco de Tzvetan Todorov em seu livro *Introdução à literatura fantástica*.

Alguns escritores – para citar brevemente Victor Giudice, J.Veiga e o próprio Ignácio Brandão –, nos anos 1960 e 1970, revitalizaram esse tipo de estrutura literária. Aparentemente, em razão de esse tipo de narrativa encontrar certa facilidade na distorção de fatos cotidianos por meio do fantástico, do surreal. Escritos de maneira bem elaborada, apareceram obras principalmente de narrativas curtas, como, por exemplo, contos e crônicas, embora presentes também em romances mais longos e densos. Segundo Silva (1989), essas narrativas condensavam fatos cotidianos aparentemente sem muita importância, mas que traziam consigo grande carga crítica e ideológica, sobretudo do comportamento social da época.

Assim, pessoas comuns ganhavam em seus comportamentos psicológicos e sociais distorções de certa maneira impressionistas e surrealistas ou insólitas, no dizer de Todorov (2007), autor que estruturou sua abordagem por meio da teoria literária. Ainda sobre o gênero e com base no próprio Todorov, temos que essa expressão literária é “a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, em face de um acontecimento aparentemente sobrenatural” (TODOROV, 2007, p. 31). Contudo, essas hesitações se desenvolveriam na trama narrativa sendo expressas pelas vozes das personagens – sobretudo por meio da voz do protagonista ou do personagem-narrador – que acabariam por contagiar e inserir o leitor nesse invólucro. O leitor, por meio dessas hesitações, constitui a marca principal das narrativas fantásticas. Além disso, esse teórico ainda aponta para três condições essenciais na composição da narrativa fantástica, sendo elas:

Primeiro, é preciso que o texto obrigue o leitor a considerar o mundo das personagens como um mundo de criaturas vivas e hesitar entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos evocados. A seguir, esta hesitação pode ser igualmente experimentada por uma personagem; desta forma o papel do leitor é, por assim dizer, confiado a uma personagem e ao mesmo tempo a hesitação encontra-se representada, torna-se um dos temas da obra; no caso de uma leitura ingênua, o leitor real se identifica com a personagem. Enfim, é importante que o leitor adote certa atitude para com o texto: ele recusará tanto a interpretação alegórica quanto a interpretação “poética”. Essas três condições não têm valor igual. A primeira e a terceira constituem verdadeiramente o gênero; a segunda pode não ser satisfeita. (TODOROV, 2007, p. 38-39)

Todos os contos do livro *Cadeiras proibidas* estão estruturados em narrativas de situações cotidianas de pessoas no ambiente urbano não especificado, no que tange a descrições geográficas, mas que refletem a vida comum, complexa em sentimentos e pensamentos, de pessoas vivendo em todos os grandes centros do Brasil da época. Esse

livro poderia se enquadrar dentro do contexto de vertentes derivadas das narrativas fantásticas, porém, pesquisando mais especificamente a obra, à luz da teoria literária de Todorov, percebemos que suas figuras e seus temas não estão inscritos no gênero fantástico em si, mas em gêneros próximos e relacionados ao fantástico, como, por exemplo, o maravilhoso e o estranho.

Para que sejam delimitadas mais precisamente as características desses citados subgêneros, Todorov (2007) explica que a caracterização do maravilhoso, por exemplo, acontece quando existe a naturalização dos fatos insólitos das narrativas. Dito de outra forma, os fatos sobrenaturais que ocorrem nas instâncias narrativas, com as situações ou com os seres, não incitam a nenhuma reação nas personagens tampouco no narrador e, por conseguinte, nos leitores, pois todos os elementos insólitos estariam inseridos num universo de significações em que tudo é possível. Todavia, em outra visada teórica, esse mesmo teórico explica a existência do estranho, o qual se caracteriza pelo uso da razão para a explicação dos fatos insólitos. No subgênero estranho, as situações narrativas, depois de causarem certo desequilíbrio entre a realidade e o sobrenatural, acabam equacionadas pelas leis e conceitos da realidade.

No entanto, consagrar o estudo do gênero fantástico a esse mirante teórico seria subentendê-lo num aspecto deveras estabilizado, tratando seus sentidos numa ressignificação dada através dos tempos sem pensar em suas condições de produção, à vontade de um grupo de autores. De outra forma, para entender a reaparição desse gênero no contexto que estamos analisando, poderíamos pensar no conjunto de possibilidades que propiciara tal acontecimento, e não simplesmente como a vontade criadora de um sujeito-autor. É preciso analisar dialogicamente os intertextos que compõem a dada cena literária. O que possibilita a irrupção de certos textos em momentos distintos, quais são suas condições de produção específicas e que discursos, gêneros, sujeitos e práticas discursivas são fiadores de sua existência. Sem pensarmos nessas condições de acontecimento da literatura (e os gêneros específicos de sua cena enunciativa), apreenderíamos os sentidos dos textos e seus gêneros com o que Eni Orlandi chama de conteudismo:

O conteudismo tal como o venho definindo [...] resulta do fato de que há uma injunção à interpretação e de que exercemos essa injunção (tudo tem de receber um sentido) pelo hábito de definir os sentidos pelos seus conteúdos (como evidências): o que “x” quer dizer? Esse hábito, no entanto, é o resultado de uma construção, historicamente determinada, da nossa relação com a linguagem em que estão em causa o sujeito como intérprete (na sua relação com o “saber”) e o sentido (em relação com as coisas). Daí resulta o que chamamos de “perfidia da interpretação”: [...] o fato que consiste em considerar o conteúdo (suposto) das palavras e não – como deveria ser – o funcionamento do discurso na produção de sentidos. Levando em conta esse funcionamento é que podemos perceber que o sujeito que produz linguagem e a exterioridade que o determina marcam (isto é estão presentes em) toda a produção de sentidos. (2007, p. 95)

Pela abordagem calcada na retórica literária, os sujeitos, as relações sociais que eles mantêm entre si e com o mundo onde vivem e as ideologias que os interpelam não são relacionados às condições de produção como realização ou motivação material e histórica, ou, ainda, como efeito de sentido que se queira materializar diante dos vários

discursos que circulam num dado contexto, nos quais aqueles sujeitos são chamados a se inscrever e, com isso, historicizar-se pelas práticas discursivas.

Há, portanto, uma relação de correspondência do textual em si e por si com o contexto em que a obra se encontra, servindo o social apenas de pretexto para criação literária, tal como explicavam os formalistas, ou fragmentada nesse ou naquele aspecto estrutural, como diziam os estruturalistas.

Um estudo ancorado pela linguagem e pelo discurso ofereceria dispositivos de ruptura a esse quadro interpretativo ligado a uma hermenêutica fechada, que busca um sentido oculto e que seja “o sentido”, temático e único, anulando, por esse gesto, outras possíveis interpretações e excluindo a materialidade histórica que atravessa as criações feitas pelos seres humanos, pautadas na ampla e dialógica relação homem e mundo. Assim:

Para a análise de discurso, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. No entanto, o modo como as ciências sociais e humanas concebem a ideologia é ancilar à perfídia interpretativa. Ou seja: [...] visam aos conteúdos ideológicos, concebendo a ideologia como “ocultação”. [...] Ora, se não nos prendemos aos conteúdos, podemos procurar entender o modo como os textos produzem sentidos e a ideologia será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária, e que atribui sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado. (ORLANDI, 2007, p. 96)

Ademais, um estudo discursivo amparado nos pressupostos bakhtinianos poderia ser feito e estaria também bastante próximo à literatura em razão até mesmo do objeto de estudo ao qual esse teórico se dedicou. Assim, sem esgotarmos a vasta teoria desse filósofo russo e correndo riscos de deixá-la “manca” em razão disso, retomaremos brevemente o conceito de gêneros discursivos, para explicar alguns aspectos do conto em questão. Como nos diz o próprio Bakhtin:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e, sobretudo por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (2006, p. 280)

Diante da perspectiva dialógica, derivada da arena cotidiana, em que as produções textuais acontecem numa aproximação com outros textos tecidos em outros momentos históricos dos usos da linguagem em suas distintas esferas, Bakhtin alinha duas classificações de gênero: primários aos menos elaborados – uma comunicação cotidiana, mais instantânea, prosaica, não tão consolidada na ideologia oficial, ainda na infraestrutura – e secundários aos de formulação mais complexa – tais como textos literários, textos jornalísticos ou, dizendo distintamente isso, aos que já ocupam instância da superestrutura dominante, da ideologia oficializada etc. Sendo a teoria de Bakhtin fortemente centrada na mediação interacionista da linguagem, também não escapariam a isso os gêneros discursivos elegidos em uma determinada época, mas sempre em diálogo entre eles.

Pensando no objeto deste estudo, uma tão ilustrada imagem de Brasil, pretendida pelo autor e da qual se exigiria um trato, um revestimento complexo em torno das palavras, ações, atitudes, discursos, nada melhor que uma estética bastante rebuscada e experimental. Criar distorções de comportamento, imaginação fluida, trabalhar o imagético, sem fronteiras; transgredir o dizível proibido e escapar da censura. Os suportes desse não dizível traziam consigo todo um trabalho de jogar com as palavras, associá-las aos fatos sem ser explícito demais nem lacônico de menos etc. O fazer do autor, portanto, vinha de uma necessidade pontual, viva nas enunciações, nas artes. O Brasil vivia sob ditadura e cerceamento de liberdades. Porém, a situação também era histórica. Possivelmente, os absurdos encenados pelos personagens da narrativa aconteceriam também hoje. Vale o questionamento: não estamos todos presos ao cotidiano insólito?

Nessa perspectiva de pensamento, o conto “O homem do furo na mão” é uma manifestação contemporânea da escrita contista, que atendeu, naquele momento, à demanda de reconsiderar as maneiras possíveis de escrita vigentes em seu tempo, para discursivizar o que era proibido; mais ainda, utilizar tais maneiras como porta-vozes dos muitos discursos renitentemente contra o golpe ditatorial.

Portanto, é possível pensar em gêneros mágico-fantásticos ligados às suas instâncias de uso, cotidianas, prosaicas, antes de passarem a um gênero predileto de um período ou de autores. Em cada época, as ideologias, as maneiras de se enunciar valem de alguma forma, predominante de tempos em tempos, sem necessariamente existir o apagamento de alguns gêneros em detrimento de outros. O que há é que as esferas de uso da linguagem irão eleger este ou aquele gênero discursivo, ou muitos, num dialogismo constituinte, para ancorarem os vários embates sociais aos quais vivenciamos diariamente no cotidiano de nossas vidas.

4. O conto

Como não se faz possível a inserção do conto na íntegra, optamos por elaborar uma resenha, embora conscientes da perda que isso acarretará, principalmente, na questão estética e nos conteúdos, bem como noutros aspectos literários da narrativa. Além disso, decidimos dividir a narrativa de “O homem do furo na mão” no esquema canônico destinado às narrativas literárias, ou seja, a classificação que normalmente aparece nas seções didáticas: apresentação, complicação, clímax e desfecho ou desenlace.

O conto inicia-se expondo o ambiente corriqueiro de um homem comum que, ao sair para mais um dia monótono e alienante de trabalho, percebe uma marca em sua

mão. Aparentemente, apenas uma coceira, indolor e levemente avermelhada. Contudo, após algum tempo, essa marca transforma-se em um orifício, ou um sinal, ou uma chaga. A partir deste ponto, a compilação narrativa dessa trama se encaminha para seus principais entornos de sentido. A personagem “homem” deseja ter esse saber (conhecer o gosto de ser diferente, de quebrar certa monotonia repressiva que havia no ar, deseja ser diferente, deseja permanecer com esse furo na mão e ter um motivo pelo qual se diferencie dos demais homens). Ele não quer se livrar da marca. Talvez a memória de um discurso fora do comum para época. Rejeita que cuidem, medicamentosamente, do “ferimento”. Isso, com o passar da narrativa, afasta as pessoas de seu convívio, como, por exemplo, sua esposa. Assim como ela, toda a cidade o quer longe. Há então um cerceamento de suas liberdades, bem como a interdição de seus discursos (supostamente subversivos para o momento histórico) realizada por pessoas e instituições. Em outras palavras, não é possível ser diferente, não se pode ser diferente. É necessário inserir-se ao todo, mesmo que teoricamente exista uma individualidade.⁴ Desde que ele assume ser diferente e se individualizar – metaforizado na narrativa pela aceitação da chaga ou marca que ele carrega – todas as instituições, das quais ele era uma parte constitutiva, o rejeitam e o agridem. Assim, no ônibus que ele toma todos os dias para ir ao trabalho, já o acham inconveniente. No emprego, o patrão o despede. Perdido e perambulando pela cidade, bem como sofrendo diversas retaliações do poder vigente, acaba debaixo de uma ponte, tendo como companhia diversos sujeitos com a mesma marca que ele carrega, formando, assim, um sistema dentro do sistema, um espaço onde o poder os torna reclusos e excluídos, um *locus*. Tudo isso narrado numa prosa cortante e insólita, porém muito lúcida e centrada em seus conteúdos.

5. Perspectivas analíticas

Constituído na materialidade linguístico-discursiva, com espaço e tempo próprios no ambiente ficcional do conto, o discurso literário da narrativa reconstrói a situação do país cerceado de individualidades e oprimido pelo poder ditatorial, que, nos anos 1970, estava fortemente consolidado. De um lado, existiam os que lutavam e resistiam à dominação político-ideológica e, de outro lado, os que, detendo os meios institucionais de coerção – propagandas, comunicações, exército, polícia etc., tratavam de coibir essas resistências, sobretudo ao dissimular um falso governo democrático, o qual criava a sensação de bem-estar social e de lutar contra um discurso de fora insistente a entrar em nosso país. No entanto, a tal guerra era no quintal, era civil e com os filhos da pátria.

Em meio a essa guerra física e ideológica, grande parte da população vivia a letargia desse período confuso. Surpreendida muitas vezes por um filho ou parente próximo que tinha o nome veiculado como procurado pela polícia ou como terrorista perigoso; outras vezes feliz, já que vivíamos o chamado “milagre” econômico. Nunca havia sido tão fácil comprar carros, casa, móveis, eletrodomésticos etc. A dita classe média da época vislumbrava-se com poderio financeiro proporcionado pelo planejamento militar de então. Até os dias atuais, passados quase 40 anos desde esse momento, há discursos saudosistas da época em questão.

Retomando o texto, a trama passa-se na centralidade descritiva acerca do sujeito-personagem-protagonista chamado singularmente “homem”. Pela descrição

⁴ Uma das características do Estado moderno é, ao mesmo tempo, ser individualizante e totalizante dos sujeitos. Tal configuração de Estado advém do Estado pastoril, instituído, pela primeira vez, com a organização do cristianismo. (cf. FOUCAULT, 1995.)

introdutória, à nossa memória vem parte da realidade sufocante vivida pelos indivíduos que, como descrito no parágrafo anterior, estavam no meio-fio entre a luta e a repressão durante a ditadura militar. Na deriva dos discursos.

Na apresentação do enredo, há a descrição do ambiente em que se passa a história, o sujeito-autor delega à personagem chamada “homem”, simplesmente, posto dessa forma, sem uma efetiva nomeação, sem uma caracterização semântica mais específica. Para possibilitar um efeito de sentido de generalização ou totalização das práticas sociais a todos os cidadãos daquela sociedade, durante boa parte da narrativa o nome “homem” é dado apenas no título. Por quase todo o texto, o sujeito-personagem-protagonista é referido por pronomes de tratamento, como, por exemplo, *senhor*. Pronomes pessoais do caso reto: *Ele*. Ou, ainda, suas ações aparecem elípticas nas orações que dão corpo à narrativa. Essas ações elípticas estão na base de um processo estilístico. Há, dessa maneira, a omissão de um termo, um fragmento, um gesto ou um movimento que podem ser recuperados no contexto ou na situação comunicativa. É bastante característico em enunciados marcados por concisão e rapidez. Conforme vemos em: “Quando entrou no escritório, passou rápido pelo chefe” (BRANDÃO, 2003, p. 23); “Chegou atrasado ao ponto. Quando subiu no ônibus, não conhecia ninguém. O cobrador se levantou” (BRANDÃO, 2003, p. 22). Silenciamentos e apagamentos dos sujeitos que de fato eram constantes, vistos pela perspectiva da situação vivida por qualquer indivíduo da sociedade militar que o Brasil viveu.

Tal como está descrita, a organização espacial do conto também nos faz atentar para a questão que Foucault (1995) menciona sobre o fato que, sob certo aspecto, as práticas de relação de poder, a relação de comunicação e as capacidades objetivas estabelecem uma consonância e formam a noção do conceito de “bloco” de estratégias do poder. Os discursos dispersados pelos sujeitos se alinham. Isso vem a ser que, por exemplo, numa dada instituição existe um sistema de comunicação para divulgar seus discursos, para manter vários níveis de conhecimento e saberes, hierarquias daquilo que pode ser dito e quem pode dizê-lo, mantendo um sistema de vigilância, punições e recompensas e uma hierarquia piramidal. Pelas palavras de Foucault:

Porém, há também “blocos” nos quais o ajuste das capacidades, os feixes de comunicação e as relações de poder constituem sistemas regulares e concordes. Seja, por exemplo, uma instituição escolar: sua organização espacial, o regulamento meticuloso que rege sua vida interior, as diferentes atividades aí organizadas, os diversos personagens que aí vivem e se encontram, cada um com uma função, um lugar, um rosto bem definido – tudo isto constitui um “bloco” de capacidade-comunicação-poder. A atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais do “valor” de cada um dos níveis do saber) e através de toda uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal). (1995, p. 241-242)

Dessa forma, em princípio a personagem-protagonista continuamente observa, entediada, o mundo à sua volta, mas não rompe com ele. Essa personagem mostra-se cindida entre um mundo de que supõe fazer parte e ser singular e outro em que ela é parte, mas parte totalizada. Marchando no “bloco” de ações permitidas. Pelas práticas discursivas autorizadas numa dada comunidade social. Com efeito, percebemos nisso um fator de grande força na constituição do Estado moderno. Fazer dos sujeitos seres

individualizados e totalizados ao mesmo tempo. O “homem” com o furo na mão entra no ônibus todos os dias, cumprimenta todas as pessoas, mas não é reconhecido: “Não tinha lugar sentado, cruzou a borboleta, foi até a frente, cumprimentando as pessoas que não sabia o nome, mas que tomavam o elétrico na mesma hora que ele” (BRANDÃO, 2003, p. 19). Ninguém se importa, todos estão assujeitados pelos discursos opressores em vigência, embora em alguns exista vontade (consciência?) de refletir sobre as atrocidades do regime tirano. Esses são exceções, que devem – como foram na narrativa e durante muito tempo no Brasil – ser reclusos e excluídos.

No decorrer da trama, um discurso irrompe nesse sujeito, de maneira espontânea, atravessando-o e que fará, no decorrer da narrativa, parte de suas práticas discursivas. Ele deslocará sua posição enunciativa para esse novo discurso metaforizado na marca/furo da mão. Possivelmente, pensaríamos em algum discurso silenciado e esquecido na verticalidade interdiscursiva, que, no caso do contexto histórico, seria, por exemplo, reivindicar alguma “subversão”, ser dissidente da homogeneidade discursiva. A aparição do furo se dá:

Três pontos antes do final, o ônibus superlotado, ele sentiu uma comichão violenta na mão. Não podia olhar, nem levantar a mão. Estava chegando, dava para chegar. Foi empurrado para a saída, despediu-se das pessoas, olhou a mão. No lugar da mancha, tinha um buraco. Um orifício perfeito. Como se estivesse estado sempre ali. Nascido. (BRANDÃO, 2003, p. 20)

O narrador descreve a perfeição e a inerência do furo (discurso?) no sujeito. Ele estava dentro desse sujeito, em sua memória. Quando a ideologia desse discurso, que agora faz parte de seu pensamento, o interpela, passa também a fazer parte de suas práticas. Ao longo da narrativa ele brigará para manter esse furo. Visto de outra forma, luta para manter o lugar diferente, o lugar da singularidade.

Pode-se pensar como a incorporação de um saber – na época, bem como em outros momentos da história de construção do conhecimento das sociedades, saber pode também significar rompimento, não concordância; a insurreição contra o poder, trazendo obviamente consequências físico-psíquicas para os sujeitos – uma chaga messiânica, algo que o torne diferente e que o faça se inscrever em um discurso dissonante do discurso dominante. Após os primeiros estranhamentos, ele passa a querer ser diferente, ou seja, há a ruptura com o discurso opressor, que equipara os indivíduos, tornando a sociedade homogeneizada. Dessa forma, começa também sua saga de resistência e insubmissão ao poder.

A partir desse momento, na narrativa, é que se dão as principais relações de poder, em que os sujeitos exercem uns sobre os outros as ações de domínio, isto é, os modos pelos quais uns oprimem os outros. Logo as coerções são apresentadas ao protagonista. O poder pulverizado e deslizante acompanha o “homem” do furo na mão, já bastante clivado diante da situação, pois havia durante anos absorvido, subjetivamente, os controles sociais inseridos pelas regras do poder. Essas rotinas ficam enfatizadas em: “[...] Pela segunda vez em doze anos saía sozinho sem ninguém para acompanhá-lo até a porta, *sem a sensação de estar vigiado, de ter de ir e voltar ao mesmo lugar, ter de justificar as coisas, o dia, os movimentos [...]*”. (BRANDÃO, 2003, p. 22, grifos nossos)

Tudo é delimitado na sociedade recriada pela memória discursiva do contexto sociohistórico dentro da narrativa. Os gestos, o corpo, a mente. Há sempre um tempo, um decreto, uma interdição aos sujeitos-personagens, sobretudo ao “homem”. Por exemplo: “[...] Faltavam *doze para as oito, em três minutos* estaria no ponto [...]”; “[...] Coçou a mão, descobriu uma leve mancha avermelhada de *dois centímetros de diâmetro* [...]”. (BRANDÃO, 2003, p. 19, grifo nosso). “[...] Então, ele mostrou a mão e a mulher começou a chorar. Chorou e soluçou por *dez minutos* [...]”. (BRANDÃO, 2003, p. 21, grifos nossos). “Havia *vinte e dois anos* não ia ao cinema num dia de semana, à tarde” (BRANDÃO, 2003, p. 24, grifos nosso). Mais ainda, os decretos, inexistentes, interditavam os sujeitos-personagens ali recriados. Como em:

Chefe — É proibido ter buraco na mão. Não sabia?.

“o homem”— Nunca existiu isso nos regulamentos.

Chefe — Existe. Está no Decreto Inexistente.

“o homem”— Quero ver.

Chefe — É inexistente. O senhor não pode ver.”

(BRANDÃO, 2003, p. 21)⁵

O aparecimento desses decretos, dissimulados sob a prerrogativa de legalidade, estava de acordo com a maneira como o Brasil ditatorial, principalmente após 1968 com o AI-5, tratava os cidadãos que questionavam o funcionamento social e político.

Vemos ainda as instituições absorverem esse poder ou micropoder e exercerem a vigilância contínua, tal como numa prisão, a exemplo do que explica Foucault (2008a com o conceito de *panopticon*.⁶ Do texto: “Todos olhavam para ele. Sentou-se, segurando firme a maleta. Os outros passageiros começaram a descer. O cobrador foi buscar um policial [...]” (BRANDÃO, 2003, p.23). Ou em:

— O senhor tem certeza de que é este o filme que quer ver? Como ele não tinha, ficou indeciso. O porteiro aproveitou.

— O está vendo? O senhor se enganou. Se quiser, a bilheteira devolve o dinheiro.

Ele se recuperou, protestou. Era esse filme mesmo, que negócio é esse, também aqui essa brincadeira?

— Por favor, meu senhor! Vá a outro cinema

— E se quero ir neste?

— Melhor não entrar. Ou sou obrigado a chamar o gerente.

— Pode chamar. (BRANDÃO, 2003, p.25)

⁵ Nesta citação, a fim de obter maior clareza, foram acrescentados em negrito os nomes das personagens que tomavam os turnos das falas durante o diálogo transcrito.

⁶ *O panopticon* é o livro de Jeremy Bentham que trata de um tipo de controle prisional em que todos os indivíduos são responsáveis pela vigilância. Tudo está às claras, relatando a manifestação do próprio conceito de controle subjetivo. Foucault aborda, em *Vigiar e punir* (2008b), *A ordem do discurso* (1999) e *A microfísica do poder* (2008a), como a partir deste modelo de sistema prisional o Estado incorpora e utiliza tais dispositivos de vigilância na sociedade.

O clímax do conto apresenta o poder mostrando-se sem máscara. Ao dizer de Foucault:

Será que isto quer dizer que é necessário buscar o caráter próprio às relações de poder do lado de uma violência que seria sua forma primitiva, o segredo permanente e o último recurso – aquilo que aparece em última instância como sua verdade, quando coagido a tirar a máscara e a se mostrar tal como é? (1995, p. 243).

Nesse ponto da narrativa, as instituições já não pedem, mas exercem o poder tal como ele é em sua forma mais primitiva, sendo assim um controle físico dos corpos e não só das mentes mais:

— O senhor quer sair desse banco?

Era um homem de farda abóbora, distintivo no peito: Fiscalização de Parques e Jardins.

— O que tem esse banco?

— Não pode sentar nele.

Ele mudou para o banco ao lado, o homem seguiu atrás.

— Nem esse.

— Em qual então?

— Em nenhum.

— Olhe quanta gente sentada.

— Eles não têm buraco na mão.

O homem enfiou a mão embaixo da túnica, tirou cacete, deu uma pancada na cabeça dele. As pessoas se aproximaram, enquanto ele cambaleava. (BRANDÃO, 2003, p.26--27)

Diante desses fatos e com o fim de seu espaço físico e psicológico, a personagem (supostamente já um subversivo, pois carregava a marca) se agrupa juntamente com outros indivíduos que também carregam essa marca, o furo na mão. “Quando olhou a mão do homem, viu nela um orifício de uns dois centímetros de diâmetro que atravessava da palma da mão às costas” (BRANDÃO, 2003, p. 27). Observamos, assim, o fechamento do ciclo referente à estratégia do poder: deixar os diferentes reclusos e excluídos, pois, quanto mais o poder exclui aqueles que não comungam com suas práticas, mais esse poder se consolida e também ratifica os valores sociais aos quais detém algum interesse.

Considerações finais

Podemos observar por meio deste breve estudo analítico do conto “O homem do furo na mão”, de Ignácio de Loyola Brandão, publicado no auge da truculência militarista, certas correspondências permeando o simulacro literário. Há uma série de atualizações das relações de controle vividas durante aquele período, no ambiente real. Sendo isso protagonizado por ações de sujeitos de papel na instância narrativa, mas

ações verossímeis, devido à natureza literária. Mais ainda, ações nitidamente reais quanto à opressão exercida pelo governo dos militares.

Há nessa narrativa as formas de poder presentes na chamada sociedade de controle. Uma manifestação moderna do Estado diante dos sujeitos que dele fazem parte. Pelo controle interior e exterior dos indivíduos, do poder invisível e flexível, isto é, pulverizado em diversas instituições (dispersão dos micropoderes), os homens são mantidos num processo de subjetivação, de adestramento, que lhes dá a impressão de liberdade, necessária ao Estado para manter esses sujeitos em constantes vigilância e punição, sob seu projeto de atuação. Assim, Estado e poder formam suas malhas. Correspondidas de sujeito para sujeito. Exercendo controle inerente ao corpo e à mente dos indivíduos pertencentes a um determinado corpo social.

Os indícios desse conto evidenciam alguns discursos que estavam calados, pertenciam ao não dizível e, naquele período, assumir-se subversivo a essa ordem, diferente e brigar por isso era ser um louco (entendido aqui como aquele que não comunga com os pensamentos vigentes). Portanto, aos sujeitos inscritos nesse discurso de loucura restaria a interdição, exclusão e a permanente reclusão em um outro espaço; fora da sociedade com seus discursos ideológicos dominantes, homogêneos, normais. A diferença era o furo. Para subverter em alguma medida o poder, havia a necessidade de ter um furo no sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. P. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRANDÃO, I. L. de. *Cadeiras proibidas*. 10. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008a.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008b.
- _____. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- _____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SILVA, D. da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- TODOROV, T. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3. ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.
- MUSSALIN, F.; BENTES, A. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v.2. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.